

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## **EXERCÍCIO 2016**

**Atos praticados pelos gestores abaixo:**

**DIRETORIA EXECUTIVA**

José dos Santos Freire Júnior  
Diretor – Presidente

Maurílio Ricardo Araujo de Lima  
Diretor Operacional  
Diretor Administrativo-Financeiro em Exercício

**CONSELHO FISCAL**

Joaquim de Sena Balduino  
Presidente

Sérgio Rodrigo do Vale  
Membro

Paulo Antenor de Oliveira  
Membro

Carlos Junior Spegorin Silveira  
Suplente

Jax James Garcia Pontes  
Suplente

Alessandro Ramos Marques  
Suplente

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

José dos Santos Freire Júnior  
Presidente

Herbert Brito Barros  
Vice - Presidente

Francisco Tadeu Sant'anna Jardim  
Membro

*Este Relatório de Gestão foi elaborado em conformidade com as orientações da Instrução Normativa do TCE/TO n.º 006, de 25 de junho de 2005, Regimento Interno do TCE/TO, aprovado pela Resolução Normativa n.º 002, de 04 de dezembro de 2002, e Lei Orgânica do TCE/TO n.º 1.284, de 17 de dezembro de 2001.*

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	6
1. IDENTIFICAÇÃO.....	6
2 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	7
3 PLANO DE TRABALHO 2015/2016.....	7
3.1 Introdução.....	7
3.2 Estratégia de Atuação .....	9
3.3 Ações Prioritárias .....	9
3.4 Estrutura organizacional.....	10
Quanto à Função dos Órgãos Colegiados da Administração:.....	10
3.5 Capital Social.....	13
3.6 Política de Crédito.....	13
4 INDICADORES DE GESTÃO POR ÁREAS .....	13
4.1 Tecnologia da Informação - TI.....	13
4.2 Coordenadoria Administrativa .....	14
4.2.1 Desenvolvimento Humano.....	14
4.2.2 Natal Solidário (ação beneficente).....	15
4.3 Comunicação e Marketing .....	16
4.12. Auditoria interna .....	29
4.13.3 A Agência participa de outras ações e parcerias com o Estado, a saber:.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	35

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DADOS IDENTIFICADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	6
QUADRO 2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	11
QUADRO 3 - DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL .....	13
QUADRO 4 - ARRECADAÇÃO DO NATAL SOLIDÁRIO 2016.....	15
QUADRO 5 – CRÉDITO POR MUNICÍPIO .....	19
QUADRO 6 – RECEITAS ORÇADAS X REALIZADAS .....	26
QUADRO 7 – DESPESAS ORÇADAS X REALIZADAS.....	27
QUADRO 8 – INVESTIMENTOS ORÇADOS X REALIZADOS.....	28
QUADRO 9 – ATUAÇÃO NO INTERIOR EM 2016.....	33

## APRESENTAÇÃO

Este relatório é peça obrigatória do processo de prestação de contas anual e tem por objetivo descrever as metas estabelecidas, ações realizadas e resultados alcançados ao longo do exercício 2016, além dos meios orçamentários, financeiros, patrimoniais e logísticos utilizados para o cumprimento dos objetivos institucionais.

O conteúdo mínimo do Relatório de Gestão encontra-se disciplinado por Decisões Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

### 1. IDENTIFICAÇÃO

#### QUADRO 1 - Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome completo e sigla	Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.
Natureza jurídica	Sociedade Anônima de Economia Mista de Capital Fechado.
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional	A Agência de Fomento foi criada através da Lei nº 1.298, de 22/02/2002, com alterações introduzidas pela Lei nº 1.628, de 5/12/2005, tendo sido instalada em outubro de 2005. Seu Estatuto Social foi aprovado em Assembléia Geral, tendo passado posteriormente por alterações de diversos atos.
CNPJ	05.474.540/0001-20
Endereço completo da sede	Quadra103 Sul, Rua do Pedestre SO 09 Conj 03 Lote 04 - Plano Diretor Sul – Palmas/TO CEP: 77.015-032 Fone: (63) 3220-9800 (63) 3220-9820
Endereço na internet	<a href="http://www.fomento.to.gov.br">www.fomento.to.gov.br</a>
Situação	Em funcionamento. Autorizada pelo Banco Central do Brasil.
Função de governo predominante	Financiar projetos de desenvolvimento, podendo firmar convênios com instituições de pesquisa, nacionais, internacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, e fazer empréstimos com recursos próprios e de repasses.
Tipo de atividade	Agência de Fomento (Instituição financeira não bancária).

## **2 RESPONSABILIDADE SOCIAL**

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se através da Lei das Sociedades Anônimas, por seu Estatuto Social e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

Inaugurada em Outubro de 2005, a Agência de Fomento, em parceria com o Governo do Estado, tem mantido sua missão de participar ativamente do desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins, viabilizando o apoio a investimentos que geram renda, emprego e competitividade nos diversos setores produtivos da economia local, incentivados pelo crédito diferenciado e impulsionando a instalação e a manutenção de negócios no Estado, em consonância com o Plano de Governo e com as necessidades e potencialidades locais.

O cumprimento da missão por meio da realização das ações de crédito é o grande desafio da Instituição, sendo estas pautadas em um tripé que deve ser a base de todos os negócios e atividades implementadas, a saber: desenvolvimento econômico, responsabilidade social e consciência ambiental.

## **3 PLANO DE TRABALHO 2015/2016**

### **3.1 Introdução**

O Estado do Tocantins, tem reconhecidamente um enorme potencial econômico, representado pela sua posição geográfica privilegiada, que permite a montagem de uma logística de transportes com vantagens competitivas não só para o Estado, mas sobretudo para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para o país, em termos de viabilização do Corredor Centro Norte de Exportação; apresenta, ainda, os piores indicadores econômicos e sociais do país, ao lado de estados como o Acre, Amapá e Roraima; em razão principalmente da falta de infraestrutura em todas as áreas e setores, principalmente, nos setores de transportes, energia, saúde e saneamento, segurança, agricultura e indústria.

Diante desse quadro o atual Governo priorizou ações emergenciais de curto prazo, como a reorganização administrativa em busca da governabilidade, e as destinadas à solução de problemas nas áreas de saúde, segurança e educação. Ao mesmo tempo está buscando recursos para complementar a infraestrutura básica e viabilizar o aumento da produção, da produtividade agropecuária e do agronegócio e o incentivo à industrialização, tendo como orientação básica a geração de emprego e o aumento da renda. Como estratégia está buscando a aproximação das ações de governo com a população e incentivando o desenvolvimento regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais.

Por outro lado, o objeto social da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A., segundo o seu Estatuto, é o financiamento de projetos de desenvolvimento que promovam benefícios econômicos e/ou sociais às áreas de sua influência, em consonância com o Plano de Governo e com as necessidades e potencialidades locais, observadas as seguintes Diretrizes Gerais:

- I. identificar, estimular, potencializar ou criar vantagens competitivas para o Estado, de forma a atrair novos investimentos, manter e valorizar os já existentes e preservar de forma persistente a capacidade de desenvolvimento do Tocantins;
- II. desenvolver, dentre outras ações, programas de recuperação de setores, atividades econômicas e empresas baseados no Tocantins, de modo a devolver-lhes condições de crescimento e competitividade, contribuindo para a sua permanência e prosperidade;
- III. desenvolver ações que abranjam todo o território do Estado, com ênfase especial para as áreas deprimidas e de ocorrência de problemas climáticos, adotando soluções que permitam não apenas a convivência com esses problemas, mas principalmente a sua utilização como vantagem competitiva;

- IV. apoiar a implementação de projetos que deverão, necessariamente, gerar benefícios diretos e mensuráveis para o Estado e sua população, atendendo, no mínimo, aos requisitos de promoção de empregos dignos e renda justa para os trabalhadores e produtores, melhoria da qualidade de vida, saúde, educação, cultura, capacitação e elevação da auto-estima das populações, preservação, recuperação e valorização do ambiente, bem como cumprir a responsabilidade social que lhes é inerente;
- V. deverão ser priorizados os empreendimentos cujo valor agregado permaneça o máximo no Estado, e que sejam voltados para os requisitos de qualidade, produtividade, tecnologia e modernização, aproveitando e desenvolvendo os potenciais de recursos humanos, naturais e institucionais do Tocantins e contribuam para acelerar o crescimento econômico de sua área de atuação, voltados preferencialmente para:
  - a. o setor agropecuário, industrial, comercial e de serviços, com destaque às micro, pequenas e médias empresas;
  - b. a instalação de empreendimentos pioneiros com processo de produção simples e que substituam as importações estaduais, e os que utilizem matéria-prima local;
  - c. a ampliação da oferta de energia elétrica;
  - d. a construção e ampliação de armazéns, silos e frigoríficos;
  - e. o desenvolvimento do turismo;
  - f. a exploração sustentável dos recursos naturais;
  - g. a constituição e ampliação de empresas privadas para exploração de serviços de utilidade pública;
  - h. outros serviços de interesse público estadual.

Ainda segundo o seu Estatuto Social a Agência poderá desenvolver, direta ou indiretamente, as seguintes funções e atividades, dentre outras compatíveis com seu objeto social:

- I. identificação, criação e estimulação de vantagens competitivas e oportunidades de investimento no Estado, envolvendo:
  - a. diagnósticos e estudos globais, setoriais e espaciais;
  - b. levantamento, cadastramento e sistematização de projetos de interesse do Estado;
  - c. elaboração de perfis e projetos que possam ter por base o território do Tocantins;
  - d. outras atividades de estudos, pesquisas e projetos, enquadradas no objeto social.
- II. promoção de investimentos, para a atração de empresas e negócios para o Estado, abrangendo:
  - a. identificação de investidores potenciais, no Estado, no País e no Exterior;
  - b. articulação com outros órgãos para a criação de atrativos locais;
  - c. divulgação das oportunidades de investimento, fazendo-o no Estado, no País e no Exterior, devendo, para tanto, utilizar-se dos recursos mais modernos e eficazes;
  - d. negociação com investidores, para a viabilização dos investimentos no Estado;
  - e. criação de facilidades para a instalação dos empreendimentos;
  - f. prestação de serviços de apoio empresarial, em articulação com os demais órgãos públicos e privados, tais como centrais de negócios, montagem e operação de bolsas de equipamentos, materiais e resíduos industriais, incentivo à formação de cooperativas e associações, e outros serviços que sejam considerados importantes para promover a atração de empresas e o incremento de negócios;
  - g. outras atividades caracterizadas como promoção de investimentos.
- III. recuperação, reabilitação, viabilização e financiamento de empreendimentos, compreendendo:
  - a. elaboração e execução de planos e projetos para recuperar setores deprimidos, abrangendo, de preferência, toda a cadeia produtiva relacionada com o setor em questão;
  - b. outras atividades de viabilização e financiamento de empresas, dentro do objeto social.

### 3.2 Estratégia de Atuação

A atuação da Agência, como partícipe do processo de desenvolvimento do Estado, deve ser coerente com as prioridades do Governo e levará em conta, por um lado, o desenvolvimento regional, com ênfase nas Regiões mais carentes, com vistas à redução do desequilíbrio inter-regional; e por outro o aproveitamento do potencial de desenvolvimento das seguintes áreas, segmentos e investimentos:

- a) Recuperação econômica da região do antigo PRODECER;
- b) Consolidação dos Projetos de Irrigação de Manoel Alves, Gurita, São João e Sampaio;
- c) Desenvolvimento das áreas de influência das barragens de Lajeado, Estreito, Peixe e São Salvador;
- d) Desenvolvimento da área de influência da Ferrovia Norte Sul, com ênfase nas Plataformas Multimodais;
- e) Desenvolvimento da área de influência da Hidrovia do Rio Tocantins – Trecho Peixe/Aguiarnópolis;
- f) Consolidação das Cadeias Produtivas identificadas.

### 3.3 Ações Prioritárias

#### a) Organização Interna

- a. Capacitação e Reciclagem de Pessoal;
- b. Adequações na estrutura de TI (Com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID);
- c. Customização do Sistema de Controle;

#### b) Elaboração dos Termos de Referência dos seguintes objetivos e metas:

- a. Aumento da Produção e da Produtividade agropecuária;
- b. Industrialização e Agronegócio;
- c. Agricultura de Baixo Carbono;
- d. Interiorização do desenvolvimento (proximidade com o Cidadão)
- e. Desenvolvimento de Regiões carentes;
- f. Empreendedorismo e geração de renda;
- g. Apoio aos setores prioritários (saúde, educação e segurança);
- h. Geração de Energias alternativas (solar, eólica, biomassa);
- i. Eletrificação rural;
- j. Consolidação dos Projetos de irrigação;
- k. Comercialização e armazenagem;
- l. Consolidação do ecoturismo;
- m. Projetos de tecnologia e inovação;
- n. Viabilização das chamadas Cadeias Produtivas já identificadas.

#### c) Definição de Parcerias com as seguintes Instituições:

- a. SEBRAE, IEL;
- b. MUNICÍPIOS e ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE MUNICÍPIOS (ATM);

- c. BANCO DA AMAZÔNIA S.A. – BASA;
- d. SUPERINTENDÊNCIA DA AMAZONIA – SUDAM
- e. FEDERAÇÕES – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA;
- f. SECRETARIAS – SEPLAN, SEAGRO, SEDETUR, SECOM, SESAU, SEDUC, CIDADES, SEINFRA;
- g. RURALTINS E NATURATINS
- h. BNDES, BB, MCTI, FINEP, MDIC, EMBRAPA, ELETROBRAS, MAPA, M da PESCA;
- i. BANCOS COMERCIAIS
- j. AGÊNCIAS DE FOMENTO DE OUTROS ESTADOS;
- k. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDETUR);
- l. ORGANISMOS INTERNACIONAIS.

**d) Negociação de Recursos e Elaboração dos projetos respectivos;**

- a. Aporte de Capital de R\$ 15.000.000,00 (aporte não realizado pelo Estado);
- b. Banco da Amazônia S.A (Proposta já encaminhada);
- c. Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (Recurso já liberado por parte da FINEP);
- d. FIETO/IEL (Palestra sobre recursos voltados à inovação em conjunto com a FINEP);
- e. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Proposta já encaminhada – aguardando avaliação dos técnicos do BNDES);
- f. Fundo Estadual de Desenvolvimento da SEDETUR;
- g. Ministério da Pesca e Aquicultura;
- h. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI;
- i. Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA;
- j. Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM;
- k. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE (convênio já firmado – FAMPE já esta sendo utilizado);
- l. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (Apoio na doação de equipamento de TI).

**e) Concessão de empréstimos;**

**f) Realização de Cobrança;**

**g) Recuperação de Dívidas atrasadas;**

**h) Acompanhamento da execução dos empreendimentos financiados.**

### 3.4 Estrutura organizacional

#### Quanto à Função dos Órgãos Colegiados da Administração:

**ASSEMBLÉIA GERAL** - é o órgão superior da sociedade, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

**CONSELHO FISCAL – COFIS** - com funcionamento permanente, compõe-se de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, diplomados em curso de nível superior ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro-fiscal, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD** - é composto de 5 (cinco) membros efetivos, residentes no País, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Fica assegurado que os Acionistas Minoritários terão o direito de eleger um Conselheiro.

**AUDITORIA INTERNA – AUDIN** - tem como missão assessorar a Administração da Instituição no desempenho de suas funções e responsabilidades, verificando a correta aplicação do capital, através de uma fiscalização transparente.

**DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX** - é o órgão colegiado encarregado da condução dos objetivos sociais e da prática dos atos necessários ao adequado funcionamento da Agência, sendo composta por três (três) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração para os cargos de Diretor-Presidente, Diretor Operacional e Diretor Administrativo-Financeiro, com mandato de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

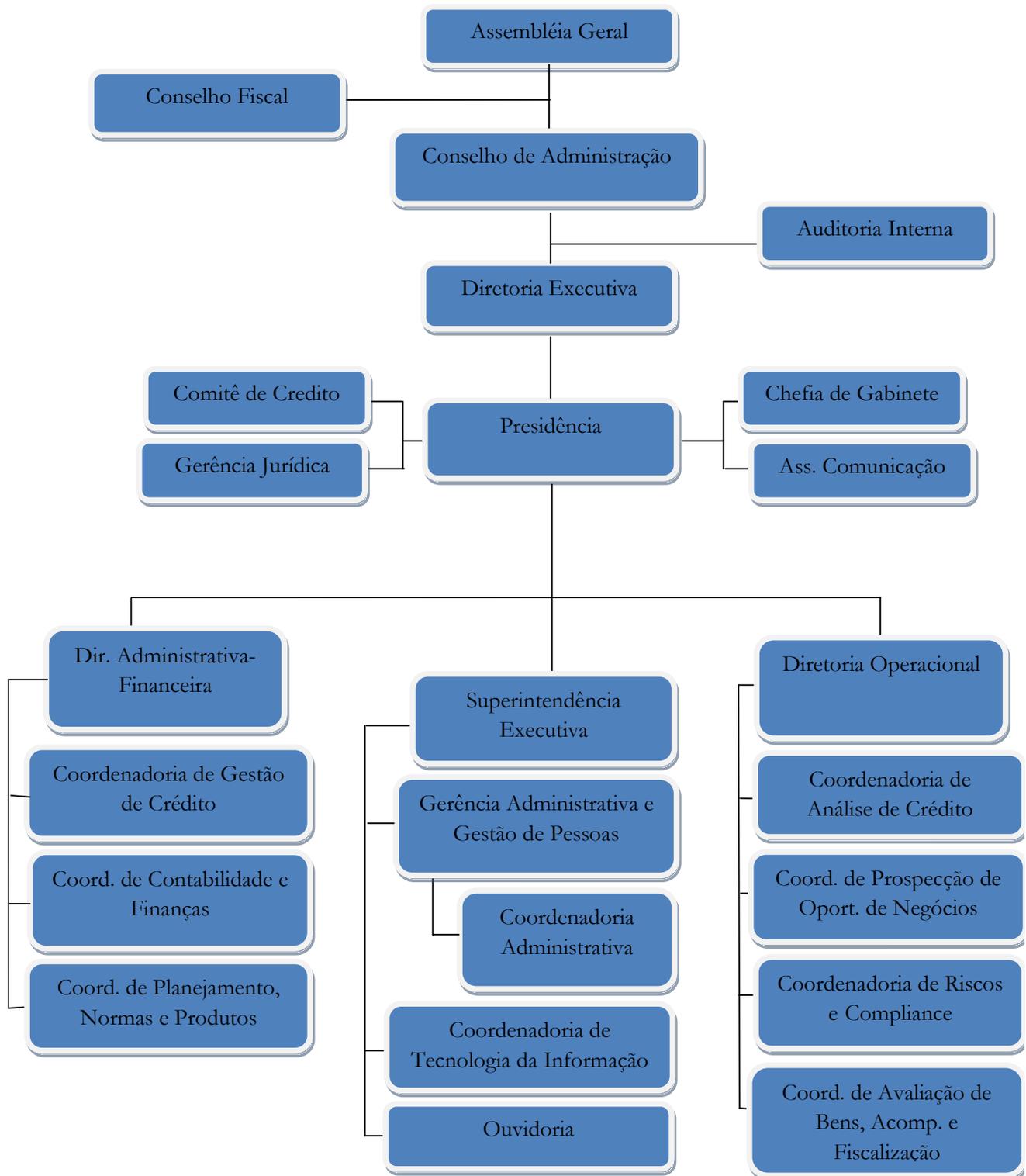
**PRESIDÊNCIA – PRESI** - Supervisiona e dirige os negócios da Agência, representando-a em juízo ou fora dele.

**DIRETORIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA – DIRAF** - é a diretoria responsável pela Coordenação do Programa, bem como por administrar as atividades de Gestão do Crédito, da Área Contábil e Financeira da Instituição.

**DIRETORIA OPERACIONAL – DIROP** - É a diretoria responsável pela prospecção, concessão e fiscalização do crédito e, também, é a diretoria responsável por administrar as atividades de Gestão de Riscos e Controle Interno.

Destarte, a Fomento encerrou o ano de 2016 com uma estrutura organizacional distribuída, conforme apresentado no QUADRO 2, traduzindo a visão de transversalidade das ações sem perda da necessária segregação de funções, que evita o conflito de interesses entre as áreas. Ficando distribuída, conforme a seguir:

## **QUADRO 2 - Estrutura Organizacional**



### 3.5 Capital Social

O Capital Social, autorizado para a Agência de Fomento é de R\$ 100.000.000,00, sendo integralizado o valor de R\$ 26.823,127,62 (vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e três mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e dois centavos) o qual tem como objetivo a promoção do desenvolvimento regional e a ampliação do apoio creditício aos projetos de desenvolvimento localizados no Tocantins.

#### QUADRO 3 - Demonstrativo de Composição do Capital Social

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL INTEGRALIZADO
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	26.662.188,84	26.662.188,84	26.662.188,84
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FIETO	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FAET	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FACIET	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	9.682,89
SICON	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	9.682,89
<b>TOTAL DE AÇÕES</b>		<b>100</b>	<b>6.000.000</b>	<b>26.823.127,62</b>	<b>26.823.127,62</b>	<b>26.788.847,14</b>

### 3.6 Política de Crédito

Almejando um alinhamento com as políticas públicas do Governo do Estado, além de agir em conformidade com a sua natureza e com as exigências do Órgão Regulador, a Agência de Fomento tem buscado o alinhamento dos produtos de crédito e dos programas oferecidos com as diretrizes do Governo, com a missão de contribuir para o fomento das atividades estratégicas para o desenvolvimento do Estado.

Importante destacar o enfoque qualitativo que a Administração buscou agregar a todas as atividades, em especial às atividades envolvidas com a concessão e prospecção de operações de crédito. Por conseguinte, a atual gestão tem sido categórica na segregação de atividades como Cadastro, Análise, Classificação de Riscos e Gestão do Crédito, bem como tem buscado dar maior transparência e desburocratizar procedimentos por meio da transversalidade entre as áreas e a reformulação de processos e normativos internos. Isto, sem ignorar a segurança necessária e a obtenção de resultados quantitativos e qualitativos.

## 4 INDICADORES DE GESTÃO POR ÁREAS

### 4.1 Tecnologia da Informação - TI

A área de Tecnologia da Informação – TI – é um conjunto de dados classificados e organizados com integração e gestão de recursos de hardware e software destinados à captura, processamento, armazenamento e comunicação de dados, visando automatizar a produção e a gestão das informações que compõem o papel primordial da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, que mantém recursos tecnológicos que representam o melhor custo-benefício para a Instituição.

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação monitora tráfegos de rede, transferência de arquivos, ociosidade de serviços e acessos, propiciando assim estatísticas e estudos de incidências na rede. Também continua o atendimento de prontidão a quaisquer problemas referentes a terminais de trabalho ou a sistemas operacionais com mau funcionamento, proporcionando um ambiente retilíneo em suas ações.

Na previsão contida em relatórios anteriores, várias propostas foram arremetidas para o ano subsequente devido a contenção de gastos, haja vista que com tais demandas surgiram metas subsequentes a esta migração contida abaixo neste relatório.

No ano de 2016 foram solucionados problemas estruturais e implementados diversos novos serviços, tais como:

- Renovação contratual de Telefonia Fixa com Tecnologia Tronco digital - Voip E1 com Aparelhos IP;
- Instalação e migração de novo Banco de dados;
- Instalação, migração e atualização para o novo sistema de gerenciamento de creditoFacCred;
- Monitoramento do servidor Proxy Squid com controle de Usuários;
- Aquisição de 8 novos computadores para supri déficit da Coordenadoria de Gestão;
- Implantação e migração do serviço de internet dedicada de 15 para 24 MB;
- Monitoramento e manutenção do Sistema de Ponto Eletrônico;
- Monitoramento e manutenção de Sistema de Recursos Humanos;
- Aquisição de software 50 licenças de antivírus;
- Implantação controle de acesso ao CPD (Central de Processamento de Dados), com instalação de fechadura elétrica com acionamento por controle remoto e chave mult-segredos;
- Foram adquiridos através de doação 20 monitores de alta resolução, 5 notebooks, 10 mouses e 10 teclados;

Para 2017 está previsto um investimento na aquisição 20 computadores que se encontram defasados para os serviços de Agência, troca do sistema operacional para todos os computadores e servidores, também está previsto a aquisição de novos equipamentos de monitoramento de segurança e acesso na Instituição. Também no planejamento, desta Coordenadoria, está previsto um novo equipamento de contingência de dados para conseguir com maior segurança conter todas as informações inerentes ao serviço e redundância de dados. A partir de cursos previstos para os colaboradores desta Coordenadoria, estão previstos também um melhor monitoramento dos serviços de correio eletrônico, atualização e criação de novas páginas web, gerando melhor transparência nas informações e economicidade para Instituição. Em relação ao banco de dados que hoje é contido pela plataforma Oracle, esta Coordenadoria prevê melhorar ainda mais os sistemas de copia de segurança (Backup) e seu retorno após crise (Restore), validando em ambiente de homologação, mensalmente, para garantir a integridade das informações contidas no mesmo.

## **4.2 Coordenadoria Administrativa**

### **4.2.1 Desenvolvimento Humano**

A Atual Administração buscou estabelecer um compromisso com a força de trabalho, baseando-se no respeito mútuo e numa comunicação aberta, na tentativa de estabelecer o envolvimento dos clientes internos e externos.

- **Gestão de Pessoas**

A Gestão de Pessoas na Agência de Fomento é orientada para a missão de criar condições favoráveis a um ambiente de trabalho que estimule o desempenho dos empregados, assegurando o envolvimento e o comprometimento com os resultados empresariais desejados. O ano de 2016 consolidou avanços na visão empresarial da gestão de pessoas com o alinhamento de atividades e projetos de recursos humanos. O foco nos resultados se dá, portanto, pelo alinhamento de práticas que visam o fortalecimento da relação empresa x funcionário.

As iniciativas de desenvolvimento humano no ano focalizaram, prioritariamente, a preservação da competência técnica dos empregados e o aprimoramento dos instrumentos e práticas de gerenciamento da força de trabalho. Em decorrência da alteração de responsabilidade sobre a área, os instrumentos e práticas de recursos humanos também estão sendo revisados para contemplar uma visão mais ampla na gestão de pessoal.

- **Capacitação**

Ao longo do ano 2016, a Instituição capacitou 75% do quadro de pessoal. Estas oportunidades foram distribuídas em cursos externos e on line. Assim, foram realizados treinamentos técnicos em áreas específicas com foco no cumprimento dos normativos do Órgão Fiscalizador.

- **Qualidade de Vida no Trabalho**

Em 2016 manteve-se o processo de desenvolvimento de programas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) na Agência de Fomento, por meio de ações tais como:

- a) **Integração:** foram realizados momentos de integração de modo a interferir positivamente no clima organizacional, promovendo melhorias nos relacionamentos interpessoais. Houve por exemplo, a promoção de comemorações em dias como Dia das Mães uma homenagem às funcionárias que são mães e no mês de agosto uma homenagem aos pais.

#### 4.2.2 Natal Solidário (ação beneficente)

A Campanha Natal Solidário é uma ação anual realizada pela Agência de Fomento com a participação ativa de seus colaboradores por meio de arrecadação de donativos para beneficiar pessoas ou organizações carentes. Esta campanha vem sendo realizada desde 2008, com a colaboração de parceiros, clientes e amigos. A Agência de Fomento buscou e firmou uma parceria com o IGEPREV para arrecadação de donativos e juntos, já vem atuando por 04 anos consecutivos.

Em 2016 foram atendidas 11 instituições beneficentes, dentre elas o Abrigo João XXIII que acolhe idosos e pessoas com necessidades especiais, no município de Porto Nacional e a Casa de Recuperação e Reeducação – CRER, entidade filantrópica que acolhe e cuida de pessoas com dependência química em Palmas, além de mais outras nove entidades, incluindo Creche Monte do Carmo, que atende crianças carentes no Jardim Taquari/Palmas.

#### QUADRO 4 - Arrecadação do Natal Solidário 2016

Alimentos	Cestas	137
Material de limpeza	Cestas	193
Fraldas geriátricas	Unidades	5.696
Roupas	Peças	6.500
Calçados	Pares	310
Toalhas	unidade	25
Doação de Sangue	Unidades	24
Brinquedos	Unidades	210
Berço	Unidades	01

**Arrecadação de Donativos** – Alimentos, Produtos de limpeza, roupas, calçados, fraldas geriátricas, lençóis, toalhas, brinquedos, Livros Infantis e outros.

#### 4.2.3 Patrimônio – Transporte - Almojarifado

- **Patrimônio**

O patrimônio teve seu inventário no primeiro semestre com todos os termos assinados por todos os coordenadores de suas respectivas áreas. No segundo semestre por conta da migração de sistemas não foi possível a emissão dos termos, porém a contagem dos bens foi realizada normalmente. Não houve baixa de patrimônio durante os dois semestres do ano de 2016.

- **Transporte**

No primeiro semestre de 2016, através de licitação foi realizada a aquisição de um veículo L200 TRITON/OUTDOOR CHASSIS: 93XHYKB8THCG23185, compondo a frota de veículos oficiais da Agência de Fomento do Estado do Tocantins. Todos os veículos tiveram seguro e revisões em dia durante todo o ano.

- **Almojarifado**

O almojarifado teve duas conferências durante o exercício, uma em cada semestre. As requisições foram atendidas duas vezes por semana confirmando um maior controle nas saídas dos materiais. Conforme os métodos adotados por essa Gerência, foi realizada uma compra para reposição de estoque anual, garantindo ter sempre materiais em boas condições e dentro de seus prazos de validades.

#### 4.3 Comunicação e Marketing

A comunicação institucional é um ativo importante para a gestão de uma instituição de desenvolvimento. Dentro dessa premissa, a área manteve-se atuante de acordo com as demandas e orientações de sua gestão, realizando a divulgação das ações empreendidas pela Instituição no ano de 2016, ações estas, parametrizadas com as diretrizes da Secretaria de Comunicação do Estado. Foram realizadas atividades envolvendo:

##### 4.3.1 Eventos:

Em 2016, foi realizada a cobertura de (04) quatro eventos. Nesta perspectiva, entre os mais relevantes encontram-se a Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins – Agrotins, no qual a Agência de Fomento participa com um estande institucional, parceria com a Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária (Seagro), cobertura da reunião e visita dos representantes do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES. Houve também, o registro dos eventos e ações realizadas com o público interno da instituição (colaboradores) em comemorações alusivas ao ambiente organizacional.

##### 4.3.2 Releases:

Neste ano foram produzidos, publicados, e repercutidos um total de 06 releases. O material produzido foi veiculado, em sites de notícias do Estado, a fim de gerar **agenda positiva** para a Instituição.

##### 4.3.3 Mídia Externa:

Em 2016, foram publicados 06 releases em diversos sites de notícias, a exemplo do Portal T1 Notícias e do Portal Cleber Toledo, os dois canais de notícias da internet mais visitados do Tocantins. Foram divulgados também, por meio do site da Agência de Fomento, e da Secretaria de Comunicação do Estado,

sendo assim repercutidos e reproduzidos pelos demais sites de notícias do Estado. Desta maneira, foram realizadas ações no sentido de promover a mídia espontânea para a Instituição, não havendo, portanto, a realização de campanha publicitária no ano.

#### 4.4 Prospecção e Oportunidades de Negócios

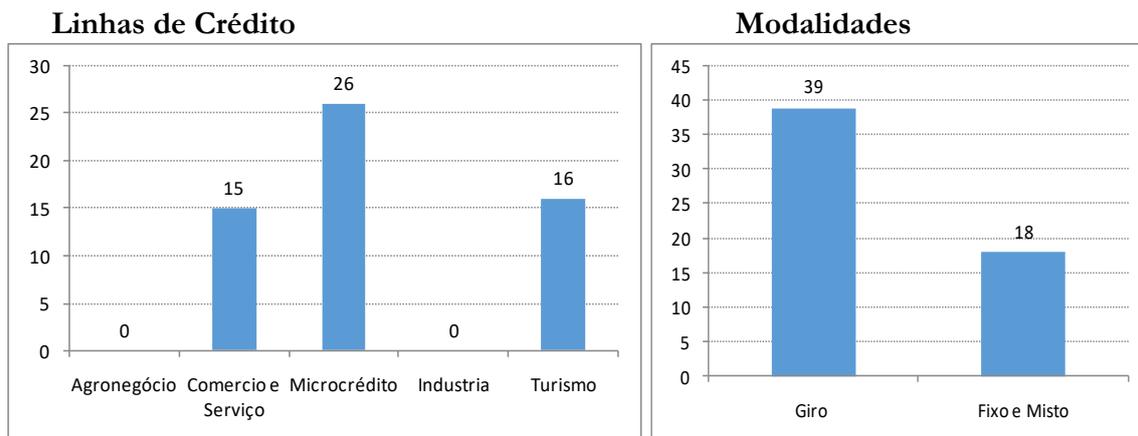
No exercício de 2016 a Coordenadoria de Prospecção e Oportunidades de Negócios trabalhou com grande cautela na captação de novos créditos. O comércio tocantinense foi impactado pelo cenário econômico vivenciado nesse exercício, o qual levou de forma considerável a contenção à liberação de créditos.

O fechamento do exercício de 2016 foi muito retraído quanto a tomada de crédito, fato esse que se justifica pela desaceleração da economia Brasileira e Tocantinense, cautela dos empreendedores em tomar novos créditos e, também, tendo em vista um processo de avaliação ainda mais criterioso por parte da Fomento, assim a junção desses fatos contribuíram para a retração dos empréstimos concedidos.

Mesmo diante desse cenário econômico, a área de Prospecção realizou palestras, divulgações, participou de feiras e eventos que envolviam empreendedores do Estado do Tocantins.

Assim, no Exercício de 2016 foram realizados 536 atendimentos, entre palestras e visitas individuais a empresas e um montante liberado em novos créditos no valor de R\$ 3.939.985,71, totalizado 57 novos contratos.

#### Créditos Liberados no Exercício de 2016



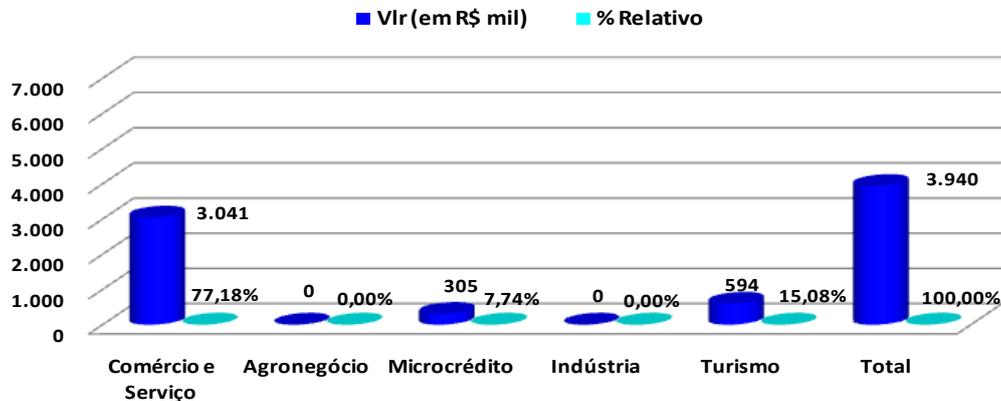
#### 4.5 Análise de Crédito

##### Operações de Crédito

No Exercício de 2016 a Agência de Fomento liberou um total de R\$ 3.939.985,71 em novas operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, representando uma redução de 68,94% com relação ao Exercício de 2015 que liberou um montante de R\$ 12.684.480,34. Essa redução se deu em virtude da crise econômica, que vem apresentando um novo cenário ao comércio tocantinense o que levou a Agência de Fomento a restringir de forma cautelosa a concessão do crédito.

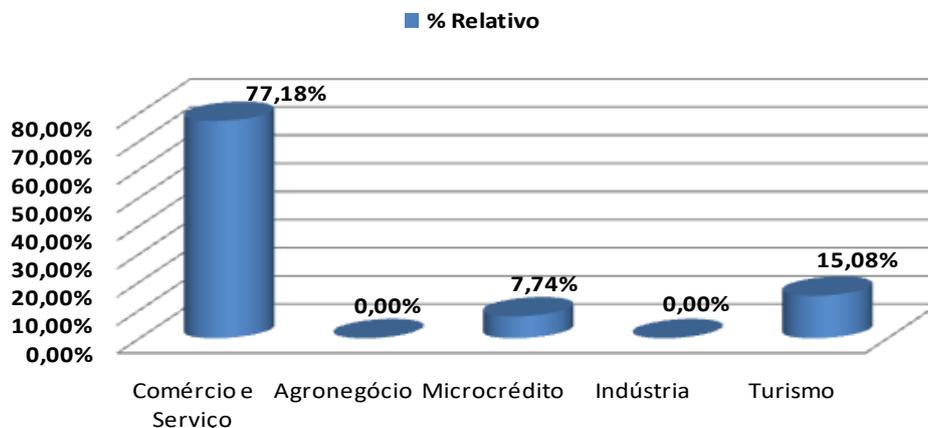
Foi liberado R\$ 3.041.330,80 em operações de crédito na linha de Comércio e Serviços, beneficiando empresas do segmento de comércio e serviços. O Microcrédito beneficiou empreendedores formais e informais, liberando R\$ 304.800,00 para esse segmento e o Turismo foi contemplado com R\$ 593.854,90:

### Operações por Linha de Crédito (em R\$ mil)



O montante liberado no Exercício de 2016 registrou uma média de liberações de R\$ 69.122,56 por empreendedor. Do total de liberações, 77,18% foi destinado para a linha de Comércio e Serviços, 7,74% para o Microcrédito e 15,08% para o Turismo:

### Liberações de Crédito / Linha de Crédito (%)



#### ▪ Liberações de Crédito por Município

Foram atendidos micro, pequenos e médios empreendimentos em 13 municípios tocantinenses, com destaque para Palmas, que alavancou R\$ 3.489.885,71 em operações de crédito, correspondendo a 88,58% do montante liberado no Exercício de 2016, em seguida está o município de Araguaína com R\$ 255.200,00, correspondendo a 6,48% do montante liberado, e em 3.º lugar se destaca o município de Goianorte com 60.000,00 em crédito liberado nesse Exercício:

**QUADRO 5 – Crédito por Município**

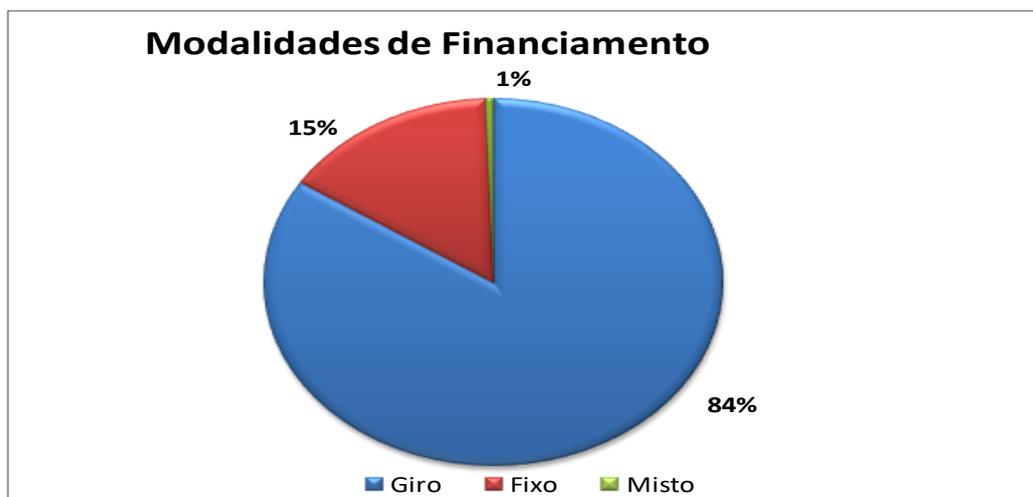
**LIBERAÇÕES DE CRÉDITO POR MUNICÍPIO  
EXERCÍCIO DE 2016**

Vlr. em R\$

N.º	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	VLR	% REL
1	AGUIARNÓPOLIS	12.000,00	0,30%
2	ARAGUAÍNA	255.200,00	6,48%
3	ARAPOEMA	6.000,00	0,15%
4	ARAGUAÍNA	10.000,00	0,25%
5	COLMÉIA	10.000,00	0,25%
6	CRISTALÂNDIA	34.900,00	0,89%
7	GOIANORTE	60.000,00	1,52%
8	GUARAÍ	20.000,00	0,51%
9	NATIVIDADE	5.000,00	0,13%
10	PALMAS	3.489.885,71	88,58%
11	PARAÍSO DO TO	20.000,00	0,51%
12	PAU DARCO	10.000,00	0,25%
13	SILVANÓPOLIS	7.000,00	0,18%
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3.939.985,71</b>	<b>100,00%</b>

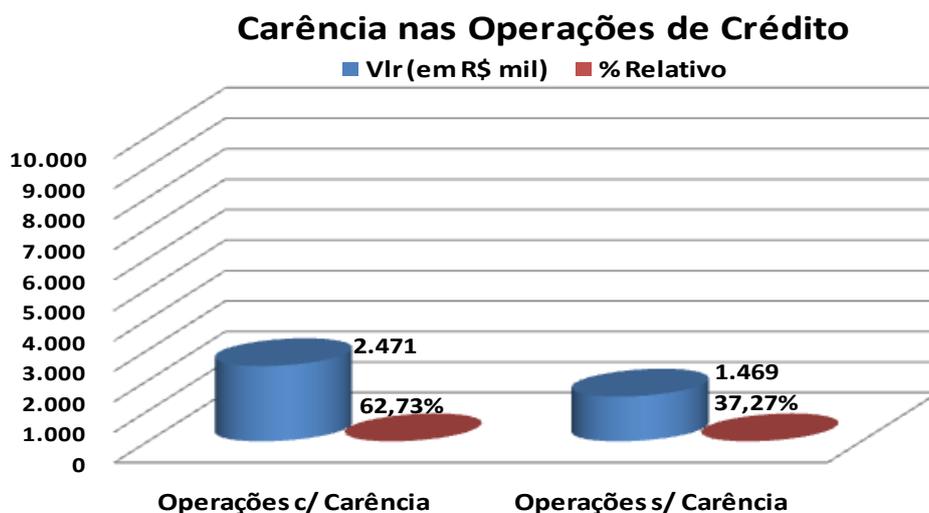
▪ **Modalidades de Financiamento**

Com relação à modalidade de financiamento, 84% das operações de crédito foram liberadas como capital de giro, 15% como investimento fixo e apenas 1% para o investimento misto, que é o capital de giro associado ao investimento fixo:



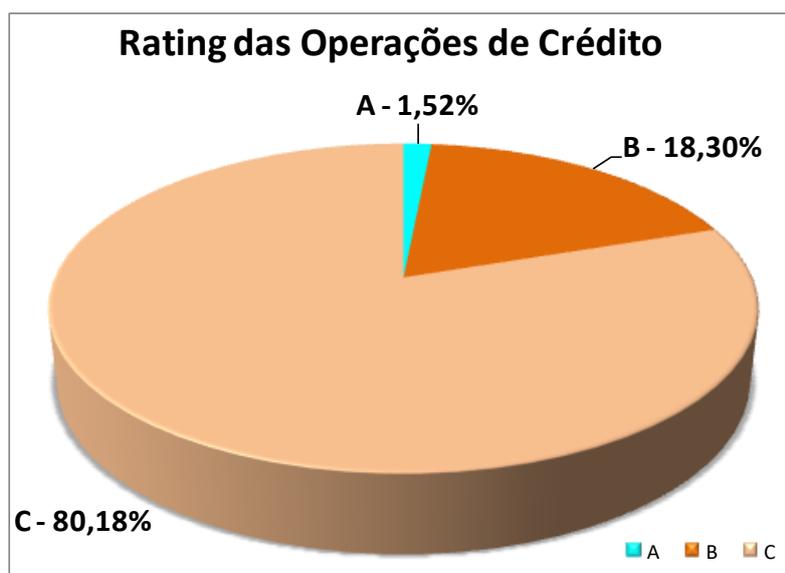
▪ **Taxa de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito**

Considerando todos os créditos liberados no Exercício de 2016, a taxa de juros média praticada foi de 2,45% a.m. e prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 32 meses. Do montante liberado, R\$ 2.471.430,81 foram liberados com carência, distribuídos em 10 operações de crédito (média de R\$ 247.143,08 por operação), representando 62,73% do total liberado, ao passo que R\$ 1.468.554,90 foram liberados sem carência, distribuídos em 47 operações de crédito (média de R\$ 31.245,85 por operação), representando 37,27% do montante liberado e também proporcionando que o capital financeiro retorne mais rápido aos cofres da Instituição:



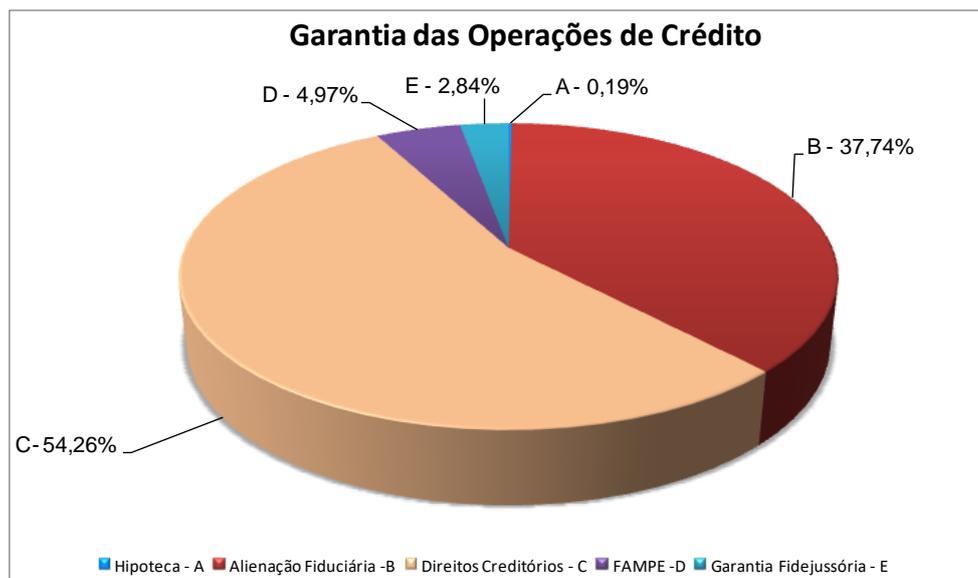
▪ **Rating das Operações de Crédito**

Das operações liberadas 80,18% estão classificadas entre o nível de risco inicial **C**, 18,30 % estão concentradas no nível de risco **B** e 21,52% em **A**.

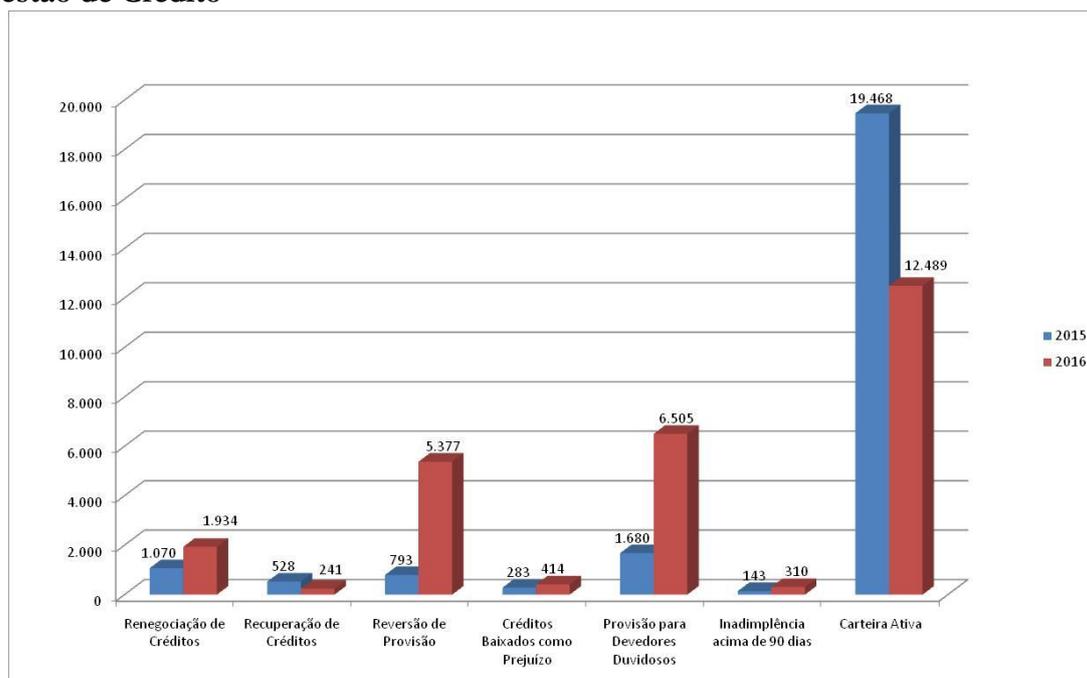


#### ▪ Garantia das Operações de Crédito

Com relação ao tipo de garantia, 54,26% das operações de crédito estão lastreadas em Direitos Creditórios (Notas de Empenho), 37,74% em alienação fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos), 4,97% garantido pelo Fundo de Aval para as Micros e Pequenas Empresas – FAMPE, 2,84% por hipoteca de imóveis urbanos e rurais, e 0,19% em garantia fidejussória. Isso demonstra que 99,81% dos créditos liberados no Exercício de 2016 foram avalizados por garantias de melhor liquidez, com o reforço do aval dos sócios da empresa tomadora do crédito e de seus respectivos cônjuges, e que apenas 0,19% das operações de créditos estão contratadas apenas com garantia fidejussória (avais de terceiros).



#### 4.6 Gestão de Crédito



No exercício de 2016 a Carteira Ativa (saldo de créditos a receber, excluindo os prejuízos) ficou em R\$ 12.488.382,36, inferior aos R\$ 19.468.406,45 do exercício anterior, havendo uma redução de R\$ 6.980.024,09, representando uma retração de 56%, essa redução refere-se a liquidação de contratos. Neste período foram liberados um total de 72 contratos, totalizando um montante de R\$ 5.873.205,89, deste total 15 contratos renegociados, no valor de R\$ 1.933.220,18.

O saldo das parcelas vencidas há mais de 90 dias registrou R\$ 309.792,28 de inadimplência contra R\$ 148.773,60 de 2015, tendo um aumento de R\$ 161.018,68, alterando o índice de inadimplência de 0,74% para 2,48% da carteira ativa. Este aumento no índice de inadimplência se deve pelos seguintes fatores; a migração dos créditos da carteira ativa para a Carteira de Créditos Baixados como prejuízo e renegociações.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa fechou o exercício acumulado em R\$ 6.505.483,60 de provisão, correspondendo a um aumento de R\$ 4.825.424,64 com relação aos R\$ 1.680.058,96 provisionados em 2015, 75,28% maior.

Em alguns contratos houve êxito na cobrança por vias normais, quer seja no recebimento de parcelas vencidas ou renegociação de crédito. Em outros não se obteve êxito nas cobranças por vias normais, enviados à Gerência Jurídica para mover ação de execução judicial, buscando o recebimento das dívidas por vias judiciais. Nos casos de persistirem as inadimplências por 360 a 540 dias, tais créditos serão baixados como prejuízo. Tal fato só se reverte em caso de pagamento parcial ou integral da dívida, ou o pagamento das parcelas de uma renegociação, ocorrendo então à reversão desta provisão.

Os Créditos Baixados como Prejuízo registraram um total de R\$ 413.922,95 contra R\$ 283.787,10 baixados no exercício 2015, representando um aumento de 31,44%. Estes créditos só se recuperam em caso de acordo de pagamento ou integral da dívida. São créditos de baixo sucesso nos recebimentos por se tratar de créditos problemáticos vencidos a mais de 365 dias, o que motiva esforços na cobrança judicial para tentar conseguir reaver tais valores, além do trabalho de cobrança continuada que é realizado no setor de Gestão de Crédito.

A Reversão das Operações de Crédito somou R\$ 5.377.173,37, superior em R\$ 4.583.871,98 com relação ao exercício de 2015, que registrou uma reversão de R\$ 793.301,39. Este resultado positivo decorre de recebimentos de créditos que estavam totalmente provisionados, sem perspectivas de recebimento em curto prazo, e que a Gestão de Crédito conseguiu reverter tal situação, recebendo os valores e aumentando, conseqüentemente, a reversão deste período, e reduzindo o saldo das provisões em carteira.

A Recuperação dos Créditos Baixados como Prejuízo foi de R\$ 241.138,63, inferior em R\$ 287.608,05 com relação ao exercício anterior, em 2015 registrou uma recuperação de R\$ 528.746,68. Mesmo sendo uma recuperação menor que o exercício anterior, considera-se um resultado positivo pois, estes valores recuperados entram como receita para instituição se tornando uma boa fonte de recursos para prospecção de novos negócios.

As Renegociações registraram R\$ 1.933.220,18, ao passo que em 2015 foram R\$ 1.070.535,00 de créditos renegociados, sendo 44,62% a maior.

As Carteiras de Renegociação, Provisão para Devedores Duvidosos, Inadimplência acima de 90 dias, demonstraram melhores desempenhos no exercício de 2015, ao passo que a Reversão de Provisão de 2016 superou 2015, de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo, de Reversão de Provisão, tiveram melhores desempenhos no exercício de 2015.

As variações nos trimestres de 2016 em comparação com 2015 foi melhorada no 4. trimestre de 2016, uma vez que houve recebimentos de provisionamento, redução da carteira de provisão e queda da inadimplência.

Conclui-se que, de maneira geral, e referente aos índices de gestão de crédito supra mencionados, a Agência de Fomento obteve melhores resultados no exercício de 2016.

#### **4.7 Ações de Cobranças Judiciais**

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A, no exercício regular de seu direito de credora e buscando a satisfação dos financiamentos inadimplidos através de expedientes judiciais cabíveis, atingiu no ano de 2016 o total de 99 (noventa e nove) ações judiciais, descartando as demandas efetivamente arquivadas (em razão de liquidação espontânea, da procedência ou improcedência da ação, etc.). Encontram – se em curso 86 (oitenta e seis) ações.

Ademais, frise-se que a conciliação é sempre proposta aos clientes através de acordo extrajudicial das dívidas, independentemente da fase processual em que se acha a demanda, respeitando os direitos e interesses da instituição, bem como, as regras e condições regentes do ato.

Esse é o breve relatório das contingências ativas em tramitação até a data 31 de dezembro de 2016.

#### **4.8 Desempenho Econômico-Financeiro**

##### **▪ Receitas**

As Receitas do exercício totalizaram R\$ 10.416.557,17, o resultado líquido acumulado do exercício de 2016 alcançou um prejuízo de R\$ 1.889.085,19, o que representa um aumento de 52% em relação ao mesmo período do ano anterior, salientando que o resultado foi impactado pelo aumento de 312% das despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa, de pessoal e de despesas administrativas, sendo que estas despesas estão relacionadas aos esforços da instituição para ampliar o volume de negócios, para atender aos empreendedores de micro, pequeno e médio porte, em toda a região do Estado. E para isso foi necessário estruturar e ampliar o quadro de pessoal. Desenvolver campanhas para divulgar a marca e as linhas de crédito antigas e novas.

No entanto, nesse exercício houve uma redução na carteira de crédito total da Instituição, que passou de R\$ 19.468.406,45, registrados no exercício de 2015, para R\$ 12.488.302,36 em dezembro de 2016, o que representa uma redução de 36%. Comparando-se o avanço da carteira de crédito em um período mais longo, em relação ao exercício de 2011, por exemplo, verifica-se que o aumento da carteira total da Agência de Fomento foi de 59% em cinco anos. Mesmo com essa evolução operacional no setor privado, a receita associada a essas operações de crédito não gera resultados econômicos significativos no curto prazo para a instituição, porém gerou ganho imediato para a população através de novos postos de trabalho. Esses resultados são esperados a médio ou longo prazo, quando do retorno dessa carteira. Devemos considerar ainda que a Agência de Fomento, atendendo sua missão como instituição financeira

de desenvolvimento, opera com taxas de juros reduzidas, comparativamente ao mercado financeiro, o que resulta em baixo spread nas operações.

#### ▪ **Despesas**

As Despesas totais no exercício de 2016 somaram R\$ 12.305.642,31, representando um aumento de 45% em relação ao montante das despesas realizadas no exercício de 2015, quando estas representavam R\$ 6.745.899,59. Nesse feito, a conta Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa teve um acréscimo de R\$ 4.825.424,64 em 31/12/2016, representado 287% em relação ao mesmo período anterior. Essas provisões foram constituídas para absorver prováveis perdas, de acordo com a Resolução CMN n°. 2.682/99.

#### ▪ **Resultado**

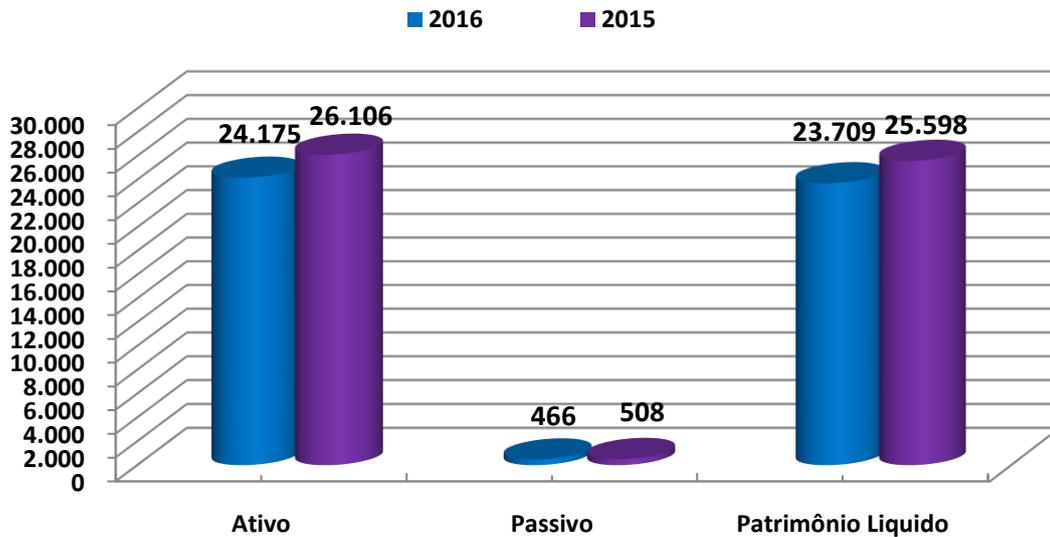
Assim, o resultado do exercício de 2016 foi um prejuízo de R\$ 1.889.085,19, impactado, principalmente pelo acréscimo da constituição da Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa, reestruturação e melhorias no quadro de funcionários e a redução dos rendimentos da aplicação em Títulos e Valores Mobiliários.

#### ▪ **Perspectiva Patrimonial**

O Ativo da Agência de Fomento apresentou um saldo de R\$ 24.174.583,85, registrando uma redução de R\$ 1.931.140,14. Os seus principais componentes são a carteira ativa de operações de crédito com um montante de R\$ 12.488.382,36, correspondente a 52%, e aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 9.251.189,07, equivalentes a 38%.

O Patrimônio Líquido do exercício de 2016 finalizou com o saldo de R\$ 23.708.429,00, distribuído em R\$ 26.823.127,62 de Capital Social subscrito, R\$ 26.788.847,14 Capital Social integralizado, R\$ 152.803,92 de Reserva Legal e R\$ 3.233.222,06 de prejuízo acumulado. Já o passivo circulante somou R\$ 466.154,85, sendo que 5% corresponderam às obrigações por empréstimos e repasse do BNDES, que totalizam R\$ 22.394,38 e R\$ 443.760,47 são outras obrigações como funcionários, impostos sobre os lucros e fornecedores.

### Balço Patrimonial (R\$ Mil)



#### ▪ Qualidade dos Ativos de Crédito

Quanto aos demais financiamentos observa-se que 70% da carteira ativa esta concentrada entre os níveis de risco “A”, “B” e “C”, respectivamente, “muito baixo”, “baixo” e “moderado”, onde 19% estão no nível “A”; 24% no nível “B”, 27% no nível “C” e os 30% restantes estão distribuídos nos demais níveis de risco. Diante da situação apresentada cabe considerar a qualidade da carteira, os critérios de análise, bem como uma gestão adequada do crédito.

#### ▪ Aplicações Financeiras

As Aplicações Financeiras do exercício de 2016 seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 1.097.564,77, alcançando no exercício uma rentabilidade equivalente a 96% do CDI. Ao final do exercício, o saldo das aplicações alcançou o valor de R\$ 9.251.189,07, estando R\$ 8.955.033,67 aplicados em Fundos de Investimento e R\$ 296.155,40 em Títulos de Renda Fixa (LFT), deste valor R\$ 3.055.529,18 destinam-se a atender reservas obrigatórias estabelecidas pelo BACEN, visando a cobertura de riscos, assim, sendo que o restante é o valor necessário para fazer frente às despesas administrativas da empresa e alavancagens de negócios em empréstimos e financiamentos da Instituição

**QUADRO 6 – Receitas Orçadas x Realizadas**

<b>ORÇAMENTO 2016</b>				
<b>RECEITA: PREVISTO E REALIZADO DO EXERCÍCIO DE 2016</b>				
<b>Rendimentos</b>	<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>	<b>Diferença</b>	<b>Percentual de Execução</b>
<b>Titulos e Valores Mobiliarios</b>	<b>1.428.105,48</b>	<b>1.097.564,77</b>	<b>(330.540,71)</b>	<b>77%</b>
Aplicação Fundo de Investimento	1.398.908,26	1.061.666,37	(337.241,89)	76%
Aplicação LFT - Letras Financeiros do Tesouro	29.197,22	35.898,40	6.701,18	123%
<b>Operações de Credito</b>	<b>6.104.780,03</b>	<b>9.299.340,39</b>	<b>3.194.560,36</b>	<b>152%</b>
Operações de Credito	3.346.301,78	3.610.035,42	263.733,64	108%
Serviços	60.745,20	70.992,97	10.247,77	117%
Recuperação de Credito Baixado como Prejuizo	916.700,00	241.138,63	<b>(675.561,37)</b>	<b>26%</b>
Reversão de Provisão de Oper. de Crédito	1.781.033,05	5.377.173,37	3.596.140,32	302%
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>12.000,00</b>	<b>19.651,96</b>	<b>7.651,96</b>	<b>164%</b>
Recuperação de Outras despesas	7.200,00	2.446,36	<b>(4.753,64)</b>	<b>34%</b>
Outras Receitas Operacionais	4.800,00	17.205,60	12.405,60	358%
<b>Total</b>	<b>7.544.885,51</b>	<b>10.416.557,12</b>	<b>2.871.671,61</b>	<b>138%</b>

## QUADRO 7 – Despesas Orçadas x Realizadas

ORÇAMENTO 2016				
DESPESA: PREVISTO E REALIZADO DO EXERCÍCIO DE 2016				
Discriminação	Previsto	Realizado	Diferença	Percentual de Execução
Despesas de Repasses - BNDES	-	2.161,31	(2.161,31)	100%
Água/Energia/Gás	108.462,00	78.187,20	30.274,80	72%
Aluguel	387.999,96	395.970,00	(7.970,04)	102%
Comunicações	126.826,60	112.745,56	14.081,04	89%
Honorários - Diretoria e Conselho	334.920,00	318.480,00	16.440,00	95%
Proventos - Administrativo	1.320.000,00	1.177.060,71	142.939,29	89%
Férias	45.600,00	156.092,82	(110.492,82)	342%
13º salário	137.199,96	131.408,51	5.791,45	96%
FGTS	137.675,56	137.475,49	200,07	100%
INSS	439.200,00	456.263,77	(17.063,77)	104%
Idenizações Pagas na Rescisão	-	13.985,59	(13.985,59)	100%
Tiket de Alimentação	683.800,00	609.615,54	74.184,46	89%
Manutenção e Conservação de Bens	432.721,20	478.793,43	(46.072,23)	111%
Despesa de Material	7.800,00	34.485,47	(26.685,47)	442%
Treinamento de Pessoal	33.300,00	21.328,00	11.972,00	64%
Processamentos de Dados	393.529,04	474.915,61	(81.386,57)	121%
Despesas de Publicações Legais	142.240,00	135.013,70	7.226,30	95%
Despesas de Promoções e Relações Públicas	9.500,00	14.096,21	(4.596,21)	148%
Despesas de Propaganda e Publicidade	10.000,00	-	10.000,00	0%
Despesa de Seguro	3.997,86	4.301,35	(303,49)	108%
Despesas Serviços Sistema Financeiro	67.200,00	63.319,23	3.880,77	94%
Serviços de Terceiros	12.400,00	7.858,89	4.541,11	100%
Serviços de Vigilância e Segurança	5.250,00	4.812,50	437,50	92%
Serviços Técnicos Especializados	52.045,00	57.116,94	(5.071,94)	110%
Despesas de Transportes	30.977,52	12.530,81	18.446,71	40%
Taxa Federal, Estadual e Municipal	6.750,16	7.676,75	(926,59)	114%
Despesas com Viagens no País	226.000,00	221.600,36	4.399,64	98%
Outras Despesas Administrativas	49.574,50	68.619,54	(19.045,04)	138%
Despesas de Depreciações	93.038,88	105.923,24	(12.884,36)	114%
Despesas de Amortização	8.688,00	55.880,50	(47.192,50)	643%
Despesas de Provisões para Devedores duvidosos	1.222.158,69	6.505.483,60	(5.283.324,91)	532%
Despesa de Impostos (ISS, COFINS, PIS, IRPJ, C	382.183,65	226.820,64	155.363,01	59%
Despesa descontos concedidos	-	171.723,94	(171.723,94)	100%
Despesas Atualização Impostos e Contribuições	-	4.238,24	(4.238,24)	100%
Serviços de Consulta SPC e Serasa	30.000,00	24.306,70	5.693,30	81%
Serviços Acompanhamento de Notificações Judicia	2.268,00	1.893,78	374,22	84%
Serviços Relacionados ao Sistema Nacional de Gr	1.440,00	1.163,86	276,14	100%
Outras Despesas Operacionais	6.000,00	12.292,52	(6.292,52)	205%
<b>Total</b>	<b>6.950.746,58</b>	<b>12.305.642,31</b>	<b>(5.354.895,73)</b>	<b>177,04%</b>

## QUADRO 8 – Investimentos Orçados x Realizados

ORÇAMENTO 2016				
INVESTIMENTO: PREVISTO E REALIZADO DO EXERCÍCIO DE 2016				
Discriminação	Previsto	Realizado	Diferença	Percentual de Execução
Móveis e Equipamentos de Uso	2.000,00	-	2.000,00	0%
Software	47.500,00	-	47.500,00	0%
Sistema de Processamento de Dados	178.950,00	14.679,91	164.270,09	8%
Veículo	-	148.000,00	(148.000,00)	100%
<b>Total</b>	<b>228.450,00</b>	<b>162.679,91</b>	<b>65.770,09</b>	<b>71%</b>

### 4.9 Gestão de Riscos e Compliance

- **Gerenciamento de Riscos e Controles Internos**

A Agência de Fomento possui política de riscos e controles internos, a qual trata dos modelos de gerenciamento de riscos operacionais, de mercado, de liquidez e de crédito adotados pela Agência de Fomento, tudo em conformidade com as Resoluções do CMN nº 2.554/1998, 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 4.090/2012 e normas complementares.

- **Gerenciamento de Capital**

A Agência de Fomento implantou a Política de Gerenciamento de Capital, a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.988/2011 e com suas respectivas atualizações e normas complementares.

- **Cultura de Riscos e Controles na Instituição**

Manteve seus critérios aproximando da realidade de cada empreendimento, e dentro da normalidade com suas liberações de crédito e seus controles. Ocorreu também a priorização quanto aos controles nos processos administrativos, bem como, os processos operacionais, de forma a garantir mais segurança.

Assim sendo, a Auditoria Interna continua na aferição da qualidade dos serviços dessa Coordenadoria de Riscos, bem como na emissão de relatórios trimestral e semestral quanto a sua atuação, e rotineiramente na fiscalização e inspeções nos processos de despesas administrativos e de liberação de crédito.

- **Controles e Monitoramento**

A Coordenadoria de Riscos e Compliance continua com o acompanhamento preventivo adotando a metodologia CSA, ou seja, Auto-avaliação de controles, bem como, atuando em conformidade com as demais políticas internas e externas.

- **Prevenção a Fraudes e Crimes de Lavagem de Dinheiro – PLD**

A instituição adota ainda procedimentos de “pré-crédito” para conhecimento do empreendimento solicitante do crédito e de “pós-crédito” que visa certificar a aplicação dos recursos na finalidade pleiteada. Não foi identificado nenhum ato que se enquadre como Lavagem de Dinheiro no exercício em questão, identificando que a Instituição esta cumprindo com seu papel de fiscalização no ato da contratação de suas operações de crédito.

#### **4.10 Ouvidoria**

No exercício de 2016, **não houve registro de demandas de caracterizadas como sendo de Ouvidoria.** Entretanto, verificou-se que a Agência de Fomento cumpriu com o exigido pelo órgão fiscalizador, divulgando nos impressos da Instituição e nas peças publicitárias o canal de Ouvidoria.

#### **4.11 Auditoria Independente**

As atividades da Auditoria Independente foram realizadas pela empresa CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S, observando as normas de auditoria aplicáveis e as exigências do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Resolução do **CMN n.º 3.198/2004**, sendo emitido **sem ressalva** o parecer de auditoria, atestando que a Agência de Fomento apresentou adequadamente, em todos os aspectos a sua posição patrimonial e financeira.

#### **4.12. Auditoria interna.**

As atividades da auditoria interna foram realizadas em conformidade com os princípios que norteiam a Administração, buscando a severidade na aplicação da legislação, normas e regulamentações vigentes, que disciplinam a utilização adequada dos recursos.

Durante o exercício foram priorizadas demandas administrativas rotineiras e as ações elencadas no plano de atividades 2016.

Durante o exercício precisamente nos meses de julho e dezembro, conforme pactuado em cláusulas contratuais esteve na Agência os auditores independentes no desempenho de suas funções, e nestes períodos foi emitido relatório sobre os sistemas de controles interno recomendando regularização de pendências em alguns setores. O cumprimento das diligências foram acompanhada pela auditoria interna e repassada ao auditor independente informado atendimento/regularização.

##### **4.12.1 Estrutura e Governança**

A Resolução nº 095 / 2011 Dispõe sobre a revisão da Política de Riscos e Controles Internos da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A. A estrutura organizacional que compõe esse processo envolve

várias áreas da administração, cabendo a unidade de auditoria interna avaliação periódica nas seguintes atividades:

- Monitoramento constante do cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos;
- Aferição da qualidade das avaliações de riscos;
- Certificação da implementação dos planos de ação definidos;
- Indicação de potenciais riscos à Diretoria Executiva;
- Elaboração de relatórios periódicos de recomendações de melhoria no processo de gestão de riscos operacionais e controles internos.

#### 4.12.2 Estrutura Organizacional

A Auditoria Interna da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, integra a estrutura organizacional da instituição, com vinculação direta ao Conselho de Administração, conforme dispõe Art. 2º da Resolução BACEN nº. 2.554, de 24 de setembro de 1998 - Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos, com redação dada pela Resolução BACEN nº 3.056, de 19 de dezembro de 2002 - Dispõe sobre a auditoria interna das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. E visa avaliar de forma independente as operações contábeis, financeiras e administrativas executadas na agência, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com critérios técnicos, legais e operacionais.

O Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna - PAINT constitui-se na programação das atividades a serem implementadas pela Auditoria Interna da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A., focando suas ações em áreas relevantes e com o objetivo de aperfeiçoar a gestão e suas atividades específicas, sendo submetido à aprovação do Conselho de Administração.

O objetivo definido pela Auditoria Interna para a execução do PAINT é contribuir para que a gestão dos recursos seja conduzida dentro dos princípios da legalidade, da eficiência e da eficácia, observando-se a conformidade na utilização dos recursos e o desempenho institucional, com acompanhamento, controle e avaliação dos resultados.

Para atingir esse objetivo, o presente plano prevê a realização de auditorias e fiscalizações em sistemas administrativos e operacionais da instituição, com foco nas áreas patrimonial, orçamentária, financeira e contábil; de suprimento de bens e serviços; e de recursos humanos. Contempla, também, as atividades administrativas, de capacitação da equipe de colaboradores da Fomento e o monitoramento da implementação das recomendações e orientações expedidas pela auditoria interna no decorrer do exercício.

#### 4.12.3 Capacitação e treinamento.

Na perspectiva de melhorar a prestação dos serviços da Estrutura de Governança da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A., a política de capacitação permanente dos colaboradores é ponto estratégico, e que, cabe a alta Administração incentivar, assistir e apoiar os colaboradores a capacitar-se para o desempenho de suas funções, contribuindo para o desenvolvimento de suas competências individuais e institucionais.

Em 30 de junho de 2016, foi sancionada a Lei nº 13.303, que estabelece o estatuto jurídico das empresas públicas, **sociedade de economia mista** e de suas subsidiárias (estatais). Apelidada de Lei de Responsabilidade das Estatais, mas conhecida como Lei das Estatais, recebeu grande atenção da mídia ao estabelecer critérios para nomeação dos dirigentes das estatais.

A Lei ainda trata de outro tema de grande relevância: a regulamentação das licitações e contratações das estatais. Dezoito anos após a Emenda Constitucional nº 19, que estabeleceu a necessidade de um estatuto, a Lei nº 13.303 definiu as regras, resolvendo grandes impasses quanto a esses procedimentos.

Para conhecimento e entendimento do novo estatuto, foram capacitados 02 (dois) colaboradores do jurídico e o auditor interna. Os temas abordados forma sobre a implantação e regulamentação da nova lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que “dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

A abordagem da nova lei nº 13.303/2016 traduz a vontade administrativa da administração pública indireta, (estatais) dispondo sobre os conteúdos da:

- I – Função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;
- II – A sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;
- III – Licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;
- IV – A constituição e o funcionamento dos conselhos de administração, fiscal, com a participação de acionistas minoritários;
- V – Os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores.

A Lei estabelece uma série de mecanismos de **transparência** e **governança** a serem observados pelas estatais, como regras para **divulgação de informações**, práticas de **gestão de risco**, **códigos de conduta**, formas de **fiscalização** pelo Estado e pela sociedade, constituição e funcionamento dos **conselhos**, assim como **requisitos mínimos para nomeação de dirigentes**.

Outro ponto de destaque da Lei são as normas de **licitações** e **contratos** específicas para empresas públicas e sociedades de economia mista.

As estatais possuem um prazo de **24 meses** para se adequarem às novas regras estatuídas pela Lei 13303.

Diante deste cenário, reforçamos especial atenção para prosseguimento das exigências conforme descritos pelos artigos:

*“Art. 40. As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão publicar e manter atualizado regulamento interno de licitações e contratos, compatível com o disposto nesta Lei,*

*Art. 91. A empresa pública e a sociedade de economia mista constituídas anteriormente à vigência desta Lei deverão no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, promover as adaptações necessárias à adequação ao disposto nesta Lei.”*

#### **4.12.4 Portal da Transparência “Fomento”**

Reafirmando a necessidade da divulgação das ações desta companhia conforme determina a Constituição Federal de 1988 e outros normativos. O acesso à informação tornou-se um dos insumos básicos ao exercício da cidadania. A vista desta premissa extrai-se o direito do cidadão em conhecer, opinar e acompanhar as decisões governamentais para certificar-se de que os recursos postos à disposição do Estado produziram resultados positivos conforme objetivos de sua destinação.

O controle interno não possui somente a função de controle em si, ele também pode ser vinculado à atividade de planejamento desenvolvida nos órgãos e companhias, monitoramento de riscos e informações de resultados obtidos no desempenho das atividades planejadas e executadas.

Com a chegada da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à informação, os órgãos e entidades devem criar e executar cronograma de implementação da referida norma, é oportuno ressaltar que a divulgação de informações e dados públicos deve ser feita de maneira espontânea e proativa, independentemente de solicitações. Nesse sentido, o art. 8º da Lei de acesso à informação prevê um rol mínimo de informações que os órgãos e entidades devem obrigatoriamente divulgar na internet.

O art.8º da lei 12.527/2011 fala da transparência ativa, pela qual os órgãos são obrigados a apresentar, nos seus sites na internet, informações básicas de interesse geral como a estrutura organizacional, sua finalidade e suas competências, dados financeiros e de despesas, dados sobre licitações, contratos, publicações de assembléias gerais, dados gerais sobre os projetos de interesse geral sob sua responsabilidade, dentre outras.

Na home Page (site) e na Intranet da Fomento, podemos constatar facilmente a falta de lançamento de dados e/ou atualizações nos links abaixo relacionados:

- Quadro Funcional;
- Folha de pagamento;
- Contratos vigentes;
- Despesas;
- Execução Orçamentária;
- Publicação das Demonstrações Contábeis;
- Assembléias gerais;
- Diárias e Passagens.

Com base na legislação e atendendo as exigências no cumprimento da legislação, recomendamos a Diretoria administrativa a adotar providências quanto à inserção das informações nos links acima relacionados, e manter atualizadas as informações. Determinando aos gerentes e Coordenadores de cada área pela emissão dos dados para Coordenação de Tecnologia da Informação (TI) para que a mesma faça a inclusão das informações no site, ou a disponibilização de autorizo para que cada coordenador faça suas inclusões das informações na Intranet, e a continuidade de suas atualizações em cumprimento aos dispositivos legais.

Que sejam adotadas rotinas de trabalho pelos setores competentes conforme determina Resolução nº 088/2010. Dispõe sobre o Manual de Governança Corporativa, voltadas para a aplicação das normas que regulamentam a Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, visando a evitar diligências pelos órgãos fiscalizadores pelo não cumprimento das normas.

*“Art. 1º Instituir, a partir desta data, o Manual de Governança Corporativa da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, o qual irá retratar os normativos que vão aprofundar a consistência das práticas internas, nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidades integral dos gestores pelos atos praticados no exercício dos seus mandatos.”*

Acesso a Informação; esta seção do site deve reunir e divulgar, de forma espontânea, dados da Fomento que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar e promover o acesso à informação, conforme determina a [Lei de Acesso à Informação](#) Lei nº. 12.527/2011.

No processo de informação, destacamos o papel da Ouvidoria como ente gestor destas informações. Por estes instrumentos, estimula-se o controle social e a transparência pública. Atividade que tem como objetivos aprimorar o atendimento ao cliente, bem como processos e serviços; agregar valor a imagem da Instituição; e, principalmente, reduzir litígios.

## **4.13 Planejamento, Normas e Produtos**

### **4.13.1 Ação Atuação no Interior**

2016 foi o ano de conclusão do projeto ISA - Atuação no Interior - que consistiu em ações de estratégia de visitas aos 139 municípios do Estado, com o objetivo de pulverizar o crédito para todos e, assim,

contribuir para a sua sustentabilidade. Entretanto, o referido ano, foi um ano atípico, onde ocorreu uma considerável retração na economia nacional e estadual e, por sua vez, foi necessário adotar um rigoroso controle de gastos no que se refere ao deslocamento com viagens para a oferta de crédito, diante disso, as ações concentraram-se mais em Palmas.

Assim, no Exercício de 2016 foram realizados 536 atendimentos, entre palestras e visitas individuais a empresas e um montante liberado em novos créditos no valor de R\$ 3.939.985,71, totalizado 57 novos contratos para 13 municípios atendidos, onde 04 foram atendidos pela primeira vez com crédito, estas liberações ainda foram reflexo de ações de visitas desenvolvidas em períodos anteriores.

## QUADRO 9 – Atuação no Interior em 2016

Resultado da ação

Discriminação	Quantidade	Valor	%
Meta de visitas a novos municípios	61		
Meta de visita cumprida (novos municípios)	00		
Meta a cumprir	61		
<b>Credito Geral Liberado (+ renegociação)</b>	<b>72</b>	<b>5.873.205,89</b>	<b>100,00%</b>
<b>Novos crédito liberados (- renegociação)</b>	<b>57</b>	<b>3.939.985,71</b>	<b>67%</b>
<b>Creditos renegociados</b>	<b>15</b>	<b>1.933.220,18</b>	
<b>Municipios atendidos</b>	<b>13</b>	3.939.985,71	
<b>Novos municípios com crédito</b>	<b>04</b>	<b>76.000,00</b>	<b>0,0013%</b>

Devido a fatores internos e externos, inerentes as atividades da Agência, o andamento das ações, “Atuação no Interior”, foram afetadas, comprometendo o resultado das metas estabelecidas no período, em 100%, conforme se justifica abaixo:

- Contenção de gastos com viagens (diárias e combustíveis);
- Adequações operacionais;
- Redução do quadro de colaboradores; e,
- Retração da Economia Local/Nacional.

### 4.13.2 Conclusão projeto ISA / Atuação no Interior

O projeto **ISA / Atuação no Interior**, consistiu no Aporte de Capital para a Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A no valor de R\$ 17.037.394,00 (dezessete milhões, trinta e sete mil, trezentos e noventa e quatro reais), originários de seu acionista majoritário do Estado do Tocantins, com recursos derivados do programa PROINVEST/BNDES para um período de 4 anos ( de 2013 a 2016).

Este aporte de recursos financeiros na Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A teve como objetivo a promoção do desenvolvimento regional, a ampliação do apoio creditício aos projetos de desenvolvimento localizados no Estado e a conquista da sustentabilidade econômica da Instituição, através dos resultados obtidos com o aumento do volume de negócios gerados na aplicação dos recursos.

- **Expansão do crédito**

A Agência de Fomento não era conhecida no interior do Estado, uma vez que ainda não houve uma ação midiática com essa finalidade, desta forma, com o aporte desses recursos possibilitou apresentar a Fomento aos empreendedores do Interior, bem como ofertar a estes, essa possibilidade de crédito.

- **Sustentabilidade da Instituição**

A Agência de Fomento não possuía quadro próprio de colaboradores, todos eram cedidos pelo Governo do Estado, exceto os Diretores, bem como, havia, ainda, a dependência de veículos e combustível. Assim, após a entrada desses recursos foi possível para a Instituição assumir seus custos com essas despesas e manter-se funcionando e exercendo sua finalidade que é financiar projetos de desenvolvimento, exclusivamente no Estado do Tocantins, gerando emprego e renda através do fomento nos setores agropecuário, comercial, industrial e de serviço, para as micro, pequenas e médias empresas.

#### 4.13.3 A Agência participa de outras ações e parcerias com o Estado, a saber:

##### 1- SEDEN - Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura:

- **Forum Estadual das Micro e Pequenas Empresas – FEMEP-** com o objetivo de promover articular e integrar políticas públicas para o desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas no Estado. A Agência participa de dois Comitês: **Tecnologia e Inovação**, como membro e no comitê **Investimento e Financiamento** como coordenador. Dentro das ações que estão em andamento pelos comitês se destacam: a proposta para a criação de um **Sistema de Garantia de Crédito- SGC** com realização de reuniões e vídeo conferências para socialização do tema junto ao Sebrae Nacional e Local; **Levantamento e estudo dos Fundos Estaduais** para uma possível utilização em financiamentos às MPEs.
- **Arranjos Produtivos Locais- APLs** - com o objetivo de realizar estudos para identificar e mapear a competitividade e os principais aglomerados produtivos do Estado do Tocantins se destacando, nesse semestre, a realização do estudo de **Mapeamento e Identificação dos Arranjos Produtivos Locais** realizado pela Seden e UFT.

2- **SEAGRO - Secretaria da Agricultura e Pecuária** - Participação na Câmara Setorial da APL da Apicultura dentre outros.

3- **SEBRAE - Nacional/FAMPE** - Convênio firmado para utilização do Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas – FAMPE, que se constitui num instrumento complementar das garantias exigidas pelas instituições financeiras para concessão de crédito. Nesse ano, a utilização do aval complementar do Sebrae/Fampe, foi de grande importância para os micro e pequenos empresários, tendo em vista a situação da economia.

4- **FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos** - credenciamento e disponibilização de recursos no valor de R\$ 8.000.000,00, liberados pelo programa **INOVACRED** do qual foi realizado, nesse ano, na Agência de Fomento, um treinamento com os técnicos da FINEP para orientação sobre a modelação e forma de utilização dos recursos liberados. Este treinamento também foi realizado na FIETO – Federação da Indústria e teve a participação da Agência de Fomento.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Agência de Fomento está pautada no tripé do Desenvolvimento Econômico, Responsabilidade Social e Consciência Ambiental. Assim, a Instituição se mantém firme no propósito de efetivar sua missão de financiar projetos que favoreçam o desenvolvimento sustentável do Tocantins.

Com os recursos próprios e as parcerias firmadas, a Agência deu continuidade ao cumprimento de seu papel de agente fomentador do desenvolvimento, embora as dificuldades enfrentadas diante do cenário econômico.

Em fim, o ambiente operacional da Agência está hoje pontuado por desafios, cabendo aos seus gestores e colaboradores cuidar para que esta multiplicidade intrincada de variáveis possa ser adequadamente monitorada e colocada a serviço da otimização dos recursos, objetivando sempre o cumprimento de sua missão institucional em prol do desenvolvimento do Estado.

Palmas - TO, 24 de fevereiro de 2017.

**JOSÉ DOS SANTOS FREIRE JÚNIOR**  
Diretor-Presidente

**MAURILIO RICARDO ARAUJO DE LIMA**  
Diretor Operacional/  
Diretor Administrativo-Financeiro em Exercício